



SENADO FEDERAL
UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO
UNILEGIS

Maurício de Albuquerque Melo Júnior

A Democracia que Construimos

Fernando Henrique e Lula:
Trajetória Política e a Democracia Brasileira

Brasília-DF
2008



Maurício de Albuquerque Melo Júnior

A Democracia que Construimos

Fernando Henrique e Lula:

Trajetória Política e a Democracia Brasileira

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação *lato sensu* Ciência Política, realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro do Senado Federal – UNILEGIS e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS como requisito para obtenção do título de especialista em Ciência Política.

Orientador: Dario Alberto de Andrade Filho

Brasília-DF

2008

A Democracia que Construimos

Fernando Henrique e Lula: Trajetória Política e a Democracia Brasileira

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Ciência Política realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro no 2.º Semestre de 2008.

Aluno: Maurício de Albuquerque Melo Júnior

Banca Examinadora:

Dario Alberto de Andrade Filho

Orientador

Marcos Aguiar

Professor Convidado

Brasília, de de 2008.

À minha teimosia,
que insiste em compreender os caminhos do Brasil.

Agradeço aos professores e aos colegas
que respeitaram meus silêncios e barulhos em sala de aula.

E à minha família, sobretudo lara,
pela paciência de aturar minhas tantas leituras e discussões.

É muito mais fácil saber o que uma democracia
deve ser do que entender o que *pode ser*.

Giovanni Sartori (*A Teoria da Democracia Revisitada* – 1. pág. 64)

Resumo: Após vinte anos de regime autoritário, entre 1964 e 1984, o Brasil volta à normalidade democrática com a eleição de um civil para a presidência da República. O processo, no entanto, só se conclui em 1988 com a promulgação de uma nova Constituição. As regras definidas na nova Carta Magna permitiram a maturação do novo regime e a eleição, pelo voto livre, de três políticos com trajetórias bem diversas à presidência da República.

Palavras-Chave: Democracia; Fernando Henrique Cardoso; Luís Inácio Lula da Silva; Processo Eleitoral; Redemocratização no Brasil.

SUMÁRIO

1. Introdução	09
2. Capítulo 1 – A Construção da Democracia no Brasil	12
3. Capítulo 2 – Processo Eleitoral no Brasil Redemocratizado	24
4. Capítulo 3 – Virtú e Fortú – Trajetória de FHC à Luz de Maquiavel	37
5. Capítulo 4 – Um Operário no Poder – A Trajetória de Lula e a Negação de Marx	44
6. Conclusões	51
7. Bibliografia	53

INTRODUÇÃO

Legalmente, qualquer cidadão brasileiro maior de idade e alfabetizado pode se candidatar a um cargo político. Assim, constitucionalmente, é possível qualquer cidadão chegar à presidência da República. No entanto, as características eleitorais impõem seus limites e regras. Aí começa o desnivelamento que leva somente alguns ao principal cargo do executivo nacional.

No caso específico do Brasil, a partir da redemocratização dos anos 1980, consolidaram-se instituições políticas – eleições, representação parlamentar, democracia etc. – que hoje demonstram forte estabilidade e deixa no cidadão a crença de que está verdadeiramente representado naqueles que escolheu.

Partindo da constatação de que vivemos em regime de eleições livres, aberto a qualquer cidadão e com alto nível de representatividade, a democracia está definitivamente incorporada ao cotidiano brasileiro. Diariamente dá-se mostra da estabilidade de nossas instituições e hoje questões que antes seriam impensadas – como a chegada de um líder sindical à Presidência da República – já não avivam as intenções golpistas de alguns setores da sociedade.

Nesta pesquisa buscamos compreender essa normalidade democrática.

A intenção de ter como base as trajetórias de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva se dá pelas divergentes maneiras como ambos ascenderam à presidência da República. Fernando Henrique é um intelectual que teve permanente militância política, mas nunca foi o que se poderia

chamar de “bom de voto” – mesmo sua chegada ao Senado Federal se deveu a eleição como suplente de Franco Montoro, que deixou o mandato para assumir o governo do Estado de São Paulo. Quanto a Lula, depois de chegar a São Paulo, vindo de Pernambuco, como retirante em busca de oportunidade, manteve-se afastado de qualquer interesse político até o final da década de 1960, quando, levado pelo irmão Frei Chico, passou a militar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A partir de então se tornou o maior líder da reconstrução sindical do país, foi o deputado federal mais votado em 1986 e por três vezes seguidas ficou em segundo lugar na disputa à presidência da República.

Aparentemente estas duas trajetórias confirmam, no caso de Fernando Henrique, o princípio de fortuna e virtude de Nicolau Maquiavel, e negam, no caso de Lula da Silva, a tese de que a revolução seria a única maneira das classes populares ascenderem ao poder. Destarte, ainda em tese, a democracia existente no Brasil estaria muito próxima dos preceitos da poliarquia – um governo escudado na soberania ampla da coletividade – conceito elaborado por Robert Dahl. Tal hipótese somente a investigação empreendida irá ou não confirmar.

Aliás, as claras diferenças entre os dois líderes são estabelecidas de maneira certa e sintética pelo jornalista Paulo Markun:

Um [Fernando Henrique Cardoso] não gosta do contato físico com estranhos e sofre quando precisa apertar milhares de mãos, abraçar centenas de corpos e erguer criancinhas no colo. O outro [Luis Inácio Lula da Silva] cultiva a proximidade e se expande nos cumprimentos, passando um braço pelas costas do interlocutor e batendo várias vezes em seu peito com a mão espalmada. (...) Um admira o pai militar que queria ser escritor. O outro venera a mãe, camponesa e retirante que conseguiu criar os filhos em meio a todas as adversidades. (Markun. 2004. pág. 16)

Antes de prosseguir é preciso retomar o processo que levou à redemocratização do Brasil.

O novo panorama democrático brasileiro nasceu do movimento de abertura política promovida a partir de meados da década de 1970 pela ditadura militar implantada com o golpe de 31 de março de 1964.

Já no início da década de 1980 era visível o progressivo enfraquecimento do regime. O fato ficava muito claro diante do movimento sindical que promove as greves no ABC paulista como forma de pressão contra a situação econômica que, dominada por uma inflação crescente, empobrecia as classes trabalhadoras. Politicamente via-se o enfraquecimento do regime nas concessões que era obrigado a fazer, como eleições diretas para os governos estaduais e a anistia aos perseguidos políticos.

No entanto, todas as manobras mostraram efeitos limitados porque a sociedade exigia o retorno à normalidade democrática. O ápice da transição – um movimento irreversível – se deu com a eleição indireta do governador mineiro Tancredo Neves à presidência da República no Colégio Eleitoral.

A partir de então, mesmo com a morte do presidente eleito, a transição para a democracia continuou e seus pré-requisitos básicos, como a independência entre os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e as eleições diretas foram restauradas.

Todos esses avanços foram definitivamente consolidados com a nova Constituição Federal, outorgada em 1988.

Resta, porém, a pergunta: que democracia construiu-se durante todo esse processo?

Este trabalho, a partir da análise da trajetória política de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva – também com breves olhadas na ascensão eleitoral de Fernando Collor de Mello –, busca entender o novo modelo democrático instalado no Brasil.

Como líderes com caminhadas tão díspares conseguiram chegar ao poder sem qualquer ruptura institucional? Como se deu o envolvimento político dos brasileiros? Como nossa população chega às urnas e decide os novos rumos do país? São perguntas que se pretende aqui responder.

Buscando responder tais questionamentos, organizamos o trabalho em quatro capítulos distintos onde, primeiro, discorreremos sobre o longo processo histórico que culminou com a redemocratização de 1988; segundo, falaremos sobre as características do processo eleitoral moderno do Brasil que respeita plenamente a vontade do eleitor; terceiro, tratamos da peculiar trajetória política de Fernando Henrique Cardoso, um sociólogo que sempre se evoluiu com os movimentos políticos do país, mas que, graças ao fato de ser o homem certo no lugar exato, chegou à presidência da República; e, quarto e último, percorremos a ascensão política de Luís Inácio Lula da Silva, que começa como retirante da seca nordestina, passa pela liderança sindical em São Paulo e, finalmente, chega também à presidência da República.

Encerramos o trabalho com uma conclusão destinada a analisar que tipo de democracia os brasileiros construíram a partir de 1988 e como esta prática está hoje culturalmente consolidada na formação política do país.

CAPÍTULO 1

A Construção da Democracia no Brasil

Para se entender como chegamos à democracia que hoje praticamos no Brasil é necessário retroagir não apenas em nossa história como país independente, como ainda buscar entender as diversas formas de práticas democráticas. É o que fazemos como abertura deste primeiro capítulo.

Muitos dos conceitos concernentes à democracia já estão mais que consolidados. Seu nascimento na Grécia Antiga – evidentemente deve ficar claro que na modernidade, a democracia grega é mais um ideal, haja vista que entre a democracia antiga e a moderna existem diferenças consideráveis –, sua secular hibernação ao longo de vários períodos históricos e sua volta (definitiva?) a partir do fim das monarquias europeias e o surgimento das Repúblicas americanas. Daí em diante já não se discute a definição de democracia, mas suas várias formas.

Apenas para nos situarmos sobre tal unanimidade, lemos em Norberto Bobbio que

por Democracia se foi entendendo um método ou um conjunto de regras de procedimentos para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja, das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia. (...) Na teoria contemporânea, mais em prevalência nos países de tradição democrático-liberal, as definições de

Democracias tendem a resolver-se e a esgotar-se num elenco mais ou menos amplo, segundo os autores, de regras de jogo, ou como também se diz, de 'procedimentos universais'. Entre estas: 1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo. (Bobbio, 1998. págs. 326 e 327)

Já Robert Dahl, depois de fazer a pergunta crucial – o que é democracia? –, nos responde com um exemplo bem prático:

Logo os leitores aprenderão que a palavra é usada de maneiras pasmosamente diferentes. Sabiamente, você decidirá ignorar essa infinita variedade de definições, pois a tarefa que tem pela frente é mais específica: criar um conjunto de regras e princípios, uma constituição, que determinará como serão tomadas as decisões da associação. Além disso, a sua associação deverá estar de acordo com um princípio elementar: todos os membros deverão ser tratados (sob a constituição) como se estivessem igualmente qualificados para participar do processo de tomar decisões sobre as políticas que a associação seguirá. Sejam quais forem as outras questões, no governo desta associação todos os membros serão considerados politicamente iguais. (Destaque do próprio Dahl. Dahl. 2001. pág. 49)

Assim, um primeiro ponto importante é que, a partir de Bobbio e Dahl, entende-se que um princípio básico da democracia é a igualdade entre todos aqueles envolvidos em seu processo, ou seja, os cidadãos. Compreendendo bem este princípio o escritor George Orwell ao satirizar os regimes autoritários levou os porcos a escreverem na parede externa do celeiro: “Todos os animais são iguais, mas alguns animais são mais iguais do que os outros.” (Orwell. s/d. Pág. 130) Em outras palavras, a institucionalização da desigualdade promove a morte da democracia.

Em relação às formas e variações, a democracia praticamente beira à esfera do incontável. Alguns autores, como Bernard Manin, Arend Liphart e Jürgen Habermas chegam a formular tabelas que, quase sempre, não satisfazem nem conseguem incorporar todos os países que se dizem democráticos, criando na prática um tipo de democracia para cada estado dito democrático. De qualquer maneira, considera-se que os conceitos de igualdade em relação à democracia

definidos por Bobbio e Dahl são ferramentas suficientes para os fins deste trabalho.

Um segundo ponto relevante é a forma como um povo alcança o estágio democrático. Neste aspecto há dois caminhos bem distintos, a ruptura revolucionária e a conciliação. Giovanni Sartori define estes caminhos como Democracia Racional e Democracia Empírica:

A discussão precedente leva a esta conclusão: as democracias empíricas são naturalmente realistas, enquanto as democracias racionais tendem a ser antirrealistas. À luz dessa conclusão, o argumento passa a considerar a distinção entre democracia racional (racionalista) e democracia empírica, girando em torno dessa distinção. A primeira pode ser identificada, historicamente, como do tipo francês. A segunda, ao menos historicamente, pode ser identificada como uma democracia do tipo anglo-americano. Mas a distinção precisa ser justificada. A questão é: o que se quer dizer com democracias racionalistas, e o que as distingue das democracias empíricas? (...) Uma primeira diferença óbvia é que, enquanto as democracias do tipo francês nasceram ex novo de uma ruptura revolucionária, a democracia anglo-americana é o resultado de um processo de crescimento histórico gradual e contínuo em sua maior parte. (Sartori. 1994. 1. pág. 78)

No caso do Brasil, na transição do regime militar para a democracia, pode-se afirmar, com alguma segurança que os processos de conciliação tiveram papel preponderante.

Por fim, um terceiro ponto relevante é que, no caso brasileiro, as relações com a democracia – lembrando que estamos a utilizar a ideia de igualdade dos cidadãos defendida por Bobbio e Dahl – sempre foram tumultuadas. No entanto não temos como negar que, desde 1988, estamos, de fato, vivendo em uma sociedade plena de democracia, mesmo diante da intensa desigualdade social

que abrigamos e ainda frente ao nenhum distanciamento histórico que costuma consolidar as análises. Nunca é tarde lembrar que os cientistas sociais são sempre profetas do passado.

Dito isto, restam duas questões: Como chegamos a este novo estágio democrático, existente a partir do fim do regime militar? O que é esta democracia em que vivemos?

Para responder a essas questões, em um primeiro momento, faremos uso da estratégia de remontar o processo de formação da democracia brasileira desde a Independência, proclamada por Dom Pedro I em 7 de setembro de 1822.

A nação brasileira nasce como monarquia e assim permanece até 15 de novembro de 1889. São sessenta e sete anos divididos em três momentos distintos. Primeiro Dom Pedro I, proclamado Imperador, impõe suas vontades a partir de uma Constituição moldada por seu caráter autoritário. Obrigado a abdicar do trono brasileiro para conquistar o trono português que estava em mãos de seu irmão, Dom Miguel, Dom Pedro deixa como sucessor seu filho, Dom Pedro II, que, com apenas seis anos incompletos, não assume de pronto o governo. O país fica à mercê de uma Regência que, entre imensos tumultos, mantêm-se até a chamada “crise da maioridade” quando, aos quatorze anos, em 1840, com permissão do Parlamento, Dom Pedro II assume, enfim, o poder com um reinado que vai se estender por quase cinquenta anos.

Durante todo esse período não se pode falar em democracia, e este crédito não se pode dar apenas ao fato de não haver rotatividade no comando da nação. O imperador além de acumular as funções de chefe de Estado e de governo detinha vários mecanismos institucionais que lhe dava controle inclusive sobre o Senado do Império e a Câmara dos Deputados. Um dos mais interessantes era o direito de escolher entre os deputados e senadores votados aqueles que realmente assumiriam o mandato. Desafeto declarado de Dom Pedro II, o escritor e deputado José de Alencar se elegeu senador por três vezes, mas nunca mereceu a indicação do imperador que ainda detinha o “poder moderador”. Ou seja, qualquer conflito entre os poderes Legislativo e Judiciário era arbitrado pelo

Executivo que, novamente, fazia prevalecer sua vontade. Enfim, em nossa monarquia até mesmo a transferência de padres era decidida pelo imperador que, em contrapartida, pagava todas as despesas da Igreja Católica.

Chegamos à República com todos esses vícios de poder. E não os corrigimos, apenas mudamos o foco. Nossos dois primeiros presidentes, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, militares e alagoanos, governaram com mão de ferro. Mesmo com o mando passando a um civil, Prudente de Moraes, em 1894, não se pode falar em democracia. O voto ainda era excessivamente excludente e as eleições intensamente manipuladas. Vale ressaltar que a República nasce, também, como reação à centralização do Império, o que favorece a política dos governadores. Daí justifica-se o surgimento de figuras de forte dominação política, como o senador gaúcho Pinheiro Machado. Seu poder era tanto que, reza a lenda, formava-se um verdadeiro séquito à sua volta apenas para ter o “privilégio” de apanhar a chaleira de água fervente para lhe servir o chimarrão, e “chaleirismo” entrou para o vocabulário político como sinônimo de bajulação.

Essa situação perdura até 1930 quando, depois de perder a eleição presidencial para Júlio Prestes. Com a morte de seu candidato a vice, João Pessoa, Getúlio Vargas lidera o golpe que apeia Washington Luís do poder. Getúlio assume prometendo eleições livres com votação ampliada e secreta. O voto, então, de tão secreto, deixa de existir, pois entre breves suspiros eleitorais, o país passa a ser gerido por um ditador que não media esforços para se manter no poder, inclusive por meio de benefícios populares, como regras trabalhistas mais claras e justas, previdência social, organização das classes trabalhadoras em sindicatos etc. Com isso captava simpatias para sua ação personalista e ditatorial.

A redemocratização veio somente em 1945. No ano seguinte um Congresso constituinte elaborou nova carta constitucional com amplas liberdades políticas e religiosas, além da garantia de eleições livres para todos os cargos, de vereador à presidência da República. Logo, no entanto, se mostrou que não se vivia em um céu tão claro. Já em 1947 o Superior Tribunal Eleitoral cancelou o registro do Partido Comunista Brasileiro sob a alegação de que a Constituição não

permitia partidos filiados à “doutrinas alienígenas”. O partido tinha então mais de duzentos mil filiados, um senador e quatorze deputados federais; todos foram cassados logo no ano seguinte. Também as eleições não tinham uma representatividade ampla, visto que nas eleições de 1950, para uma população de 51.722.000 habitantes, apenas 8.254.989 votaram e, com as cédulas eleitorais impressas pelos próprios partidos e a contagem feita à mão, fraude de toda sorte ocorria. Frase atribuída a Afonso Arinos de Mello Franco, intelectual que foi deputado por Minas Gerais naquele período e Senador Constituinte pelo Rio de Janeiro em 1988, afirmava: “No meu tempo as eleições eram falsas e os políticos verdadeiros”.

Curiosamente – as contradições brasileiras – foi nesse ambiente eleitoralmente tão frágil que surgiram lideranças populares como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. Os dois mapeiam bem o paradoxo que sempre circula na trajetória de nossos homens públicos. Juscelino, presidente da República, governou com plenas liberdades, chegando mesmo a anistiar os militares que tentaram derrubá-lo através de rebeliões, até se divertia com as músicas que Juca Chaves compunha para rir de seu governo, mas, no entanto restringia a aparição de Lacerda na televisão.

Já Lacerda, tido e havido como “derrubador” de presidentes desde que se fez pivô da crise que resultou no suicídio de Getúlio Vargas em 1954, não sabia capitalizar o resultado de suas ações. A queda de Vargas não foi o suficiente para ascensão política de Lacerda. Café Filho assumiu e, mesmo doente, manteve o calendário eleitoral e a normalidade constitucional. Por cinco anos, sem sucesso, Lacerda lutou contra JK. Depois esteve na linha de frente da campanha de Jânio Quadros, outro golpista frustrado. Com a queda de João Goulart não conseguiu o poder, que ficou com os militares que, cassando JK e o próprio Lacerda, implantaram uma ditadura de fato.

O período militar pode ser visto como uma ditadura de fato por vários motivos, mas, teve seus namoros democráticos. Um deles foi a rigorosa manutenção do calendário eleitoral. É certo que as eleições dos presidentes e,

depois, dos governadores tornaram-se indiretas. No entanto vereadores, prefeitos (com algumas exceções), deputados e senadores eram eleitos, em tese, livremente. Isso porque o processo de votação estava sujeito a fraudes, à pressão dos poderosos locais e às preferências do poder econômico. Também o regime interferia sempre que se via ameaçado. Foi assim com a criação de um bipartidarismo por decreto, em 1966, que feriu de morte a tradição partidária criada no pós-1946. Mais grave ainda, com a criação dos senadores biônicos, quando um terço do Senado Federal foi escolhido indiretamente graças ao chamado Pacote de Abril de 1977.

O processo de redemocratização aconteceu de maneira lenta e gradual e somente foi plenamente concluído com a proclamação de uma nova Carta Constitucional em outubro de 1988. Mas que democracia surgiu deste processo? Do ponto de vista administrativo, por conter alguns mecanismos parlamentaristas, como a medida provisória, gerou um presidencialismo de coalizão, onde os entendimentos entre os poderes Executivo e Legislativo definem uma pauta legislativa e administrativa. Já no que concerne ao processo eleitoral, temos um amplo exercício democrático. Todos os mecanismos à disposição do processo apontam para isso. O pluripartidarismo garante representação a todas as correntes ideológicas, o horário eleitoral gratuito assegura a veiculação de todas as ideias e a urna eletrônica praticamente isenta as eleições das fraudes, respeitando, destarte, a vontade primária do eleitor.

Postas todas estas questões históricas e institucionais, é o fundamental partirmos para a análise de suas consequências, o que faremos como segundo momento deste capítulo.

A primeira questão a ser levantada é que todo processo, embora nos aproxime daquilo que sonhamos como ideal democrático, ainda se fragiliza diante do poder econômico, da desigualdade representativa dos partidos e, claro, do poder de lideranças locais. No entanto, mesmo tais pecados terminam por não comprometer o sistema. E aí entramos no campo de nossas contradições e indefinições.

Em outras palavras, toda nossa história se forma a partir da conciliação; nunca da ruptura. O ensaio hoje clássico *Conciliação e Reforma no Brasil*, escrito por José Honório Rodrigues ainda durante os conflitos do início dos anos 1960 e publicado em 1965, estuda em profundidade este pressuposto da reforma via conciliação e data sua origem ainda nos primórdios coloniais.

O espírito de conciliação tem origem antiga. Data dos primeiros contatos lusoindígenas. Quando os portugueses chegaram ao Brasil calcula-se em um milhão e quinhentos mil o número de indígenas que aqui viviam, divididos em numerosos grupos tribais e linguísticos. Os portugueses pensaram, a princípio, como escreveu Caminha em sua saborosa Carta, que “a esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos”. E começaram, logo nos primeiros dias, aquele método de dissolução cultural com que pensavam amansá-los. (Rodrigues. 1965. pág. 23)

E, já trabalhando no campo da futurologia, José Honório antecipa que á este modelo poderia se esgotar se não houvesse uma modernização institucional capaz de ceder espaços para as classes menos favorecidas.

Como não somos meteorologistas do Poder, não podemos prognosticar as bonanças ou tempestades de amanhã. Mas sabemos que o problema, no Brasil, não é, para o povo, o de existir com a nação, mas o de coexistir com a liderança. Os conflitos e tensões na sociedade brasileira estão se tornando intensos e a despeito do maior comportamento incruento que cruento, o perigo de uma insurreição violenta é maior do que parece, caso não se promova a integração do povo e não se modernize o país. Só aí o Povo existirá com a Nação, em cujo nome ela foi constituída. (Rodrigues. 1965. pág. 131)

O que queremos dizer, enfim, é que culturalmente moldamos até mesmo a linguagem ao pressuposto da conciliação e com isso evitamos os conflitos mais cruentos, para usar um termo de José Honório Rodrigues, e as palavras ganham novos significados de acordo com as novas necessidades.

Um bom exemplo vem com a palavra *povo*, que o poeta Ferreira Gullar diz ser “*uma palavra gasta*”. A Constituição de 1988, em seu artigo primeiro, parágrafo único, diz que “*todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, no termos desta Constituição.*” (Tácito. 1999. pág. 61). Aqui já se consolida nossa democracia representativa. Até aí tudo bem. O problema é saber o que os constituintes quiseram dizer quando escreveram o termo povo.

Neste ponto vale lembrar Sartori que salienta a possibilidade, pelo menos retórica, de que o pleno poder popular pode resultar em poder absoluto.

Note-se que o princípio como tal, em seu enunciado literal, não aponta para uma limitação do poder: “Todo poder” é um poder ilimitado. Seria uma limitação no contexto da oposição, onde o princípio foi concebido; mas, na vitória, “todo poder ao povo” não tem mais o efeito de poder limitador; seu efeito real é afirmar um princípio absolutista. A refutação é que o absolutismo de um autocrata é mau, o absolutismo do povo é bom. Talvez. Persiste a questão de que o princípio atribui apenas um título de direito. Portanto, a maximização que desdenha, ou rejeita como impedimento, as estruturas intermediárias que lidam com o exercício do poder, só pode gerar, como tal, um poder absoluto em nome do povo. Desse modo, o ideal, no fim, destruiu sua criação. (Sartori 1. 1999. pág. 104)

Voltando ao povo e buscando o sentido preciso do termo, Antônio Houaiss, que participou da revisão ortográfica do texto constitucional, define povo como “conjunto dos cidadãos de um país em relação aos governantes”. E talvez esta seja a acepção usada pelos constituintes. Houaiss lembra-nos ainda das definições mais corriqueiras do termo. “*Conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária; plebe*”. E ainda, “*conjunto dos cidadãos de um país, excluindo-se os dirigentes e a elite econômica.*” (Houaiss. 2001. Pág. 2275) E foi a este povo que se referiu o candidato derrotado das eleições de 1989 Luís Inácio Lula da Silva, mesmo sem dizer o termo, quando declarou: “*A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade.*” (Singer. 1990. pág. 99)

A queixa de Lula aponta para o fato, sempre questionável, de que essas pessoas seriam mais facilmente manipuláveis. A história, no entanto, nos aponta para um pragmatismo intrínseco. A imensa maioria do povo brasileiro – e aí não excluimos os dirigentes nem a elite econômica – pensa no que é melhor para sua condição pessoal na hora do voto. E quase sempre opta pelo candidato que, de uma forma ou de outra, mantenha o *status quo* vigente. Sempre fizemos uma política de conciliações mesmo à sombra de um líder sebastianista, afinal o sebastianismo está em nossas raízes históricas. Foi o pernambucano Jorge de Albuquerque quem, na batalha de Alcacer-Quibir, emprestou o cavalo para que o rei Dom Sebastião conseguisse fugir. O rei nunca mais foi visto e Portugal até hoje espera sua volta, como o Brasil sempre aposta num líder messiânico que o levará à Canaã, ou ao País de São Saruê, se quisermos uma opção mais popular.

Esta esperança, misturada com o pragmatismo, nos leva sempre à conciliação. Mesmo nossas “revoluções” e “rupturas” foram conservadoras e mantiveram a elite dirigente no mesmo lugar. Instalamos a república como quem aposenta compulsoriamente um funcionário público exemplar. Aliás, Dom Pedro II se negou a receber a aposentadoria, na forma de uma pensão vitalícia, que os republicanos lhe ofereceram. A Revolução de 30, mesmo com algumas batalhas, tirou um paulista da presidência, mas não abalou o poder econômico dos cafeeiros

paulistas. E o golpe militar de 1964, com seus dramáticos e sangrentos episódios, sua perseguição ao poder civil, acalentou a elite econômica e a classe média formadora de opinião durante toda sua vigência, além de ter sido amplamente apoiado pela mídia.

Somos conservadores e conciliadores. E assim se constrói nossa democracia que, afinal, nos é válida, pois como nos ensina uma frase atribuída a Winston S. Churchill, “a democracia é o pior de todos os regimes, excetuando todos os outros”.

Neste capítulo fizemos, portanto, uma breve recuperação da trajetória da democracia no Brasil desde o processo de Independência. No capítulo seguinte faremos uma análise do processo eleitoral no Brasil redemocratizado, chave para compreensão dos dois personagens principais deste trabalho.

CAPÍTULO 2

Processo Eleitoral no Brasil Redemocratizado

As bases do processo eleitoral estão definidas na Constituição Federal de 1988, mais especificamente nos artigos 14 a 17, que tratam dos direitos políticos e dos partidos. Em linhas gerais esses artigos garantem a participação política a todo cidadão, como eleitor ou candidato, respeitadas, claro, regras que visam manter a clareza e equidade do pleito. Mesmo cláusulas aparentemente limitadoras, como a inelegibilidade dos analfabetos e a determinação de idade mínima para os candidatos, buscam elevar o processo a patamares mínimos de credibilidade e respeitabilidade.

Partindo desse pressuposto, eleitoralmente têm-se uma democracia plena no Brasil, já que é facultado a qualquer cidadão ser candidato a qualquer cargo e disputar uma eleição em condições de igualdade. Isso é assegurado também pela obrigatoriedade do voto, o que impõe a participação e o envolvimento de todos nas discussões eleitorais, além do livre acesso dos candidatos aos meios de comunicação de massa. Esta equidade somente é ameaçada pela possível influência do poder econômico, onde alguns candidatos e/ou partidos teriam maior poder de gastos maculando, assim, o pleito ao criar um ponto de desigualdade. No entanto, existem incontáveis exemplos onde campanhas verdadeiramente milionárias são derrotadas por candidatos com poucos recursos financeiros. Isso aponta para o fato de que nem sempre apenas o dinheiro é fator de decisão em uma disputa eleitoral.

Ainda na busca de uma equidade financeira entre os candidatos há leis que permitem o acesso dos partidos ao Fundo Partidário, um recurso de origem pública garantindo a possibilidade de organização burocrática de cada partido. Esses recursos são partilhados de acordo com a representação de cada partido

no Congresso Nacional. Quando maior o número de filiados eleitos como deputados federais e senadores, maior a percentagem do partido na divisão do bolo. A medida se justifica pela necessidade do partido ter um caráter nacional. Ela também coíbe um pouco da já extensa facilidade que se tem, pela legislação brasileira, para a fundação de um partido político.

Voltando à questão das candidaturas, quase sempre elas nascem da vontade individual de um cidadão em se tornar militante partidário. Esta vontade, no entanto, por vezes nasce de uma representatividade de classe, daí a tradicional participação de sindicalistas e dirigentes classistas e a recente ascensão política de membros de congregações religiosas no processo político eleitoral.

O passo seguinte é o busca de um partido político para a necessária filiação. Aí se encontra o primeiro sinal do vasto leque de contradições de nosso processo eleitoral. Quase sempre os partidos são escolhidos por conveniências de toda ordem e menos por convicções ideológicas. Naturalmente que existem muitas exceções, mas em geral a escolha da corrente partidária está muito vinculada às possibilidades eleitorais que ela oferece.

Depois da filiação vêm as conversações para se conseguir a legenda, o direito de se apresentar como candidato pelo partido onde se está filiado. Normalmente, embora a consagração aconteça na convenção partidária, os acordos ocorrem bem antes, nos bastidores mesmos. E aí está mais um entrave para o cidadão comum que se dispõe a se candidatar a um cargo eletivo. E este é um estágio tão importante que há infimos exemplos de carreiras políticas frustradas diante de algumas decisões partidárias.

Um desses exemplos se deu com o empresário Paulo Octávio. Filiado ao PRN – Partido da Renovação Nacional, durante o pleito de 1994 viu-se diante de uma intransponível encruzilhada. Embora fosse o único membro do partido com mandato no Distrito Federal, por onde era Deputado Federal, não tinha o controle da gestão partidária. Para aquela eleição os dirigentes decidiram dar ao empresário legenda apenas para a reeleição e não permitiu qualquer coligação.

Paulo Octávio, assim, mesmo sendo um dos candidatos mais votado, com 29.369 votos, não conseguiu atingir o quociente eleitoral e ficou sem mandato.

De posse da autorização partidária e do registro da candidatura no Tribunal Eleitoral, o candidato pode ganhar às ruas. E aí começa o difícil jogo para se conquistar os eleitores.

Nos últimos anos – sobretudo depois das eleições presidenciais de 1989 – vêm acontecendo rápidas e importantíssimas mudanças no processo eleitoral brasileiro. A principal delas é a abertura dos meios de comunicação de massa – o rádio e a televisão – como principais canais de diálogo entre candidato e eleitor. Formas mais tradicionais de comunicação, como os comícios, estão desaparecendo. Eles, os comícios, eram recentemente usados mais como show onde a presença de artistas garantia a frequência de um grande público, gerando excelentes imagens para o programa eleitoral gratuito. No entanto uma medida da lei eleitoral acabou com os chamados “showmícios”. Restaram, assim, aos candidatos, como manifestações de aproximação com o público, atividades como passeatas, reuniões com lideranças locais, etc.

A migração desse contato para os meios de comunicação de massa, por seu lado, exige todo um aparato de produção que nem sempre custa barato. O aparato envolve desde profissionais especializados até equipamentos com alto requinte tecnológico. Tudo isso se dá porque, embora o horário eleitoral seja taxado de gratuito, ele custa caro ao partido que precisa bancar um programa de qualidade ou corre o risco de desagradar o eleitor que se priva de ver seu programa favorito durante aquela hora e exatamente no chamado horário nobre do rádio e da televisão. Quanto à gratuidade, é bom lembrar que as emissoras ganham incentivos fiscais em troca do espaço dito gratuito.

Ainda durante a ditadura militar houve uma eleição onde o uso do rádio e da televisão foi decisivo. No pleito de 1974, onde se teria a renovação de um terço do Senado e de toda bancada da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, os candidatos puderam falar livremente no rádio e na televisão. Esse livremente se deve ao fato dos discursos serem transmitidos ao vivo. Tudo ainda

muito precário. O candidato, quase sempre, se apresentava sentado em frente a uma bancada e dali apresentava críticas, propostas e até elogios. Muitos sequer se deram ao trabalho de utilizar o mecanismo, mas outros tantos tiveram suas eleições decididas ali. O MDB, único partido de oposição ao regime, aproveitou para quebrar as amarras legais que o impedia de denunciar o que considerava desmandos do governo. O resultado foi a eleição de dezesseis senadores e cento e sessenta deputados federais que mudaram o panorama político no Congresso. Elegeu ainda trezentos e trinta e cinco deputados estaduais

Foi a primeira grande derrota imposta à ditadura, uma derrota logo ampliada com o senador Teotônio Vilela, de Alagoas, migrando da ARENA para o MDB e se tornando a voz mais determinante da nova oposição.

A reação também veio logo. A partir dali a aparição nos meios de comunicação de massa seria regida pela Lei Falcão. O nome nasceu como uma referência direta da imprensa ao seu criador, o então ministro da Justiça Armando Falcão. Já sua determinação obrigava a leitura por um único locutor do currículo e das propostas dos candidatos. No caso da televisão, o vídeo era ilustrado com uma foto do candidato.

Apesar dessa decisiva restrição, o regime não queria ter nova surpresa e cuidou de garantir a maioria no Senado através dos chamados senadores biônicos. Como nas eleições de 1978 estava prevista a renovação de dois terços do Senado, o governo logo preencheu um terço com senadores nomeados.

Eleições livremente disputadas nos rádios e televisões somente viriam a partir de 1985 quando a Lei Eleitoral passou a regulamentar a utilização desses veículos durante os pleitos. Na prática estava aí a revogação da Lei Falcão, mas aqueles meios somente voltariam a ter função decisiva nas eleições presidenciais de 1989, quando Fernando Collor de Mello se elegeu presidente da República.

Esta eleição é um divisor de águas em nossa história política. A primeira questão que aponta para isso é o fato de ser a volta das eleições presidências depois de um jejum de vinte e nove anos; segundo foi uma eleição solteira, ou seja, votava-se apenas para um cargo, o de Presidente da República, centrando

assim o debate em um único tema e interesse; e, terceiro, estreou no país a influência dos debates promovidos e instigados pelos meios de comunicação de massa e dimensionados pelo uso intenso dos mecanismos de publicidades, traduzidos pelas técnicas do marketing político.

O depoimento da jornalista inglesa Jan Rocha, que acompanhou as eleições como correspondente da BBC de Londres, embora com alguns equívocos de memória, demonstra em sua importância no ambiente político daquela época.

Em 1989, depois de 21 anos de ditadura militar e mais quatro anos de um presidente não-eleito, houve eleições diretas no Brasil. A musiquinha alegre do PT, “O direito de ser feliz”, era ouvida em toda parte, assobiada e cantada. Lula cruzou o país em caravanas de esperança. Mas o PT ainda era novato, movido mais pelo entusiasmo dos seus militantes, sem o generoso apoio financeiro dos banqueiros e empresários que apoiavam a campanha de Fernando Collor. A mídia brasileira favorecia abertamente o Collor e a TV Globo de maneira escandalosa. O PT foi vítima de boatos maliciosos. Dizia-se que, se Lula fosse eleito, os templos evangélicos seriam fechados por causa de suas ligações com a Igreja Católica. Por outro lado, por serem comunistas, quem tinha uma casa, teria de dividi-la com famílias pobres. Muita gente acreditou. (Rocha, Milz e Goyzueta. 2008. pág. 26)

Uma definição bem simples e direta, mas fundamental para se entender sua importância no jogo eleitoral moderno, do que vem a ser marketing político é oferecida pelo publicitário Rubens Figueiredo.

Marketing é mais do que tática e jogadinhas. Marketing é fundamentalmente estratégia, definida com antecedência por

especialistas que analisam as pesquisas, estudam o quadro político, pesam virtudes e defeitos dos adversários, informam-se sobre as características do eleitorado e assim por diante. (Figueiredo. 1994. pág. 9)

Este é o caminho para se responder uma pergunta que ainda inquieta e divide pesquisadores e analistas políticos: Como um até então obscuro governador de Alagoas conseguiu chegar à Presidência da República escudado em um partido sem qualquer tradição ou mesmo militância?

A trajetória política de Fernando Collor de Mello, sobretudo depois de sua eleição para o governo alagoano em 1986, está atrelada a um profundo trabalho de marketing político. Em outras palavras, Collor é fruto do marketing político eficiente e não, a rigor, um fenômeno político. O próprio Lula, logo após as eleições de 1989, corrobora com esta afirmativa. Ao ser questionado sobre os motivos do “fenômeno Collor” não hesita em afirmar: “A um trabalho de marketing muito bem feito.” (Singer. 1990. pág. 102)

A afirmativa é corroborada pelo jornalista e consultor em marketing político Jorge Oliveira que destaca também a inteligente aproximação com a imprensa desenvolvida pelo ex-governador de Alagoas.

“O ex-governador de Alagoas projetou, lance por lance, sua ascensão política rumo ao Planalto, em um dos planos mais ousados de estratégia de marketing político. Uma das táticas era convidar jornalistas para visitar Alagoas, na tentativa de ganhar espaço na imprensa sem grandes despesas. Começava ali uma relação íntima de Collor com a imprensa nacional. O resultado positivo dessa aproximação não demorou a aparecer. O país era bombardeado dia e noite por notícias que enalteciam a atuação administrativa do governador. A imagem, forjada pela mídia, era a de um jovem dinâmico – homem arrojado, corajoso, vencedor,

impetuoso, que desafiava a tudo e a todos, vibrante, atlético, diferente. Passo a passo, com delicadeza cirúrgica, Collor e sua equipe inovavam a estratégia das campanhas políticas no Brasil.”
(Oliveira. 2006. pág. 167)

Fernando Collor começou sua carreira política em 1979 quando, por influência do pai, o senador biônico Arnon de Mello, foi nomeado prefeito de Maceió pelo governador Guilherme Palmeira. Deixou a prefeitura três anos depois, em 1982, para se candidatar a Deputado Federal, sob a denúncia de ter nomeado cinco mil servidores públicos. Ele sempre se defendeu divulgando a versão de que teria sido enganado por um assessor no caso das nomeações. O certo é que conseguiu se eleger deputado e passou completamente despercebido pela Câmara, mesmo tomando algumas decisões contraditórias. Em 1984 votou a favor das eleições diretas para a Presidência da República, mas no ano seguinte, no Colégio Eleitoral, votou em Paulo Maluf.

Em 1986, já filiado ao PMDB e ajudado pelo sucesso do Plano Cruzado, se elegeu governador de Alagoas. Ganhou notoriedade nacional ao adotar medidas de extremo apelo popular, como combater os servidores que ganhavam altos salários, denunciar o excesso de servidores públicos estaduais e cobrar a dívida que os usineiros tinham com o banco estadual. No entanto esta notoriedade não era suficiente para levá-lo à Presidência da República.

O político alagoano se convenceu de que poderia se eleger presidente numa viagem que fez à China ainda como governador. Ali, junto com assessores, teria decidido entrar no jogo. A primeira medida era sair do PMDB, onde não teria o menor cacife para conseguir legenda. Filiou-se ao PJ – Partido da Juventude, que logo depois mudou de nome para PRN.

Na época era facultado aos partidos políticos o direito de realizar um programa de uma hora em rede nacional de rádio e televisão. Fernando Collor, além de usar todo tempo do Partido da Juventude, negociou o mesmo uso com alguns outros pequenos partidos. O resultado é que durante algumas semanas

seguidas, por toda uma hora, ele falou aos brasileiros. Ou quase isso, pois no último desses programas o TSE resolveu fazer valer a lei que determinava que somente os filiados partidários podiam dar depoimentos em tais programas e suspendeu a exibição do programa logo que Collor apareceu. Durante uma hora todas as rádios e televisões do país foram ocupadas pelo slide e o áudio do TSE. E Collor ficou marcado como um político perseguido pelas “elites”.

Panfletariamente o jornalista Ricardo Kotscho lembra o episódio.

“Graças às brechas na legislação eleitoral, com o aluguel módico de três legendas, um certo Fernando Collor de Mello apareceu três vezes seguidas na TV com programas de uma hora produzidos como comerciais de sabonetes para vender a imagem do antipolítico, do novo, do inimigo da corrupção, do aposto de Sarney e da Nova República agonizante – embora tenha sido político a vida toda, herdeiro do que há de mais velho e atrasado na política brasileira, envolvido num sem-número de casos de corrupção em seu estado, onde foi eleito com a ajuda do PMDB de Sarney e do Plano Cruzado, filho legítimo da farsa da Nova República.” (Singer. 1990. pág. 16)

A partir daí tudo o mais decorreu. Collor afinou seu discurso de perseguidor de marajás, de opositor das elites e de guia dos descamisados. Só que tudo isso era dito de maneira moderna, inovadora.

Já candidato, durante a campanha, seu programa eleitoral esbanjava qualidade técnica e criatividade, enquanto a maioria dos oponentes se valia de fórmulas ultrapassadas, como Leonel Brizola que, professoral, discursava por trás de uma bancada e Ulysses Guimarães que simulava um programa de entrevistas.

Faltava, no entanto, senso ético e consistência ideológica à candidatura de Collor. Aliava-se a todo e qualquer grupo político, desde que isso lhe valesse

votos. Recebeu de bom grado o apoio do então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, do governo Sarney, principal alvo de suas críticas e já desgastado pelo fracasso do Plano Cruzado. Na época corria uma piada de um certo telegrama cifrado mandado por ACM para os prefeitos baianos. O texto do telegrama era apenas isso: ACM ACM ACM. E se traduzia como Apóie Collor de Mello. Assim Continuarem Mamando. Antônio Carlos Magalhães. Tais questões, porém, não chegaram a ser percebidas, ou foram mesmo desprezadas, pelos eleitores *colloridos*.

Esse postulado aético se mostrou ainda mais claro durante a campanha quando, ainda no primeiro turno, ameaçado por Guilherme Afif Domingos, usou o horário eleitoral para investir contra o empresário e, no segundo turno, mais grave, exibiu o polêmico vídeo onde Miriam Cordeiro acusava o ex-namorado Luís Inácio Lula da Silva de ser racista e de ter sugerido o aborto da filha Lurian que, enfim, tiveram juntos.

Mas é necessário que se reconheça a imensa capacidade de Collor no uso dos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão. O próprio Lula reconheceu isso.

O simbolismo da imagem muitas vezes cala mais fundo, e eu acho que o Collor trabalhou isto bem. Veja, nós é que somos os verdadeiros caçadores de marajás, e ele é que levou a fama; nós éramos a oposição de verdade ao governo Sarney, e ele que levou a fama. Esse simbolismo nós não conseguimos trabalhar. (Singer. 1990. pág. 96)

Uma prova cabal disso foi sua participação no último debate do segundo turno. Muitos fatos hoje são levantados, mas a verdade é que Lula apareceu apático, abatido, visivelmente cansado enquanto Collor se mostrava bem disposto e bem mais reparado.

Dois fatos são os mais lembrados para se justificar o estado de Lula, o caso Lurian e uma intensa agenda que teve de cumprir naquele mesmo dia. Collor cancelou toda a agenda de campanha durante dois dias para se preparar para o debate. Ricardo Kotscho conta o que foi a agenda do candidato petista

O comício de encerramento no Rio de Janeiro, na quarta-feira que antecedeu a eleição, a maior e mais animada celebração política de nossa história, deu a impressão de que o pior já tinha passado e, agora, era só correr para o abraço da vitória. Na mesma noite, porém, Collor voltou a atacar, com a ex-namorada de Lula ocupando todo o tempo do horário eleitoral para dizer mais barbaridades. Magoado, triste com o novo ataque do qual tomaria conhecimento por dirigentes do partido no hangar da 'Transamérica', em Congonhas, que nos ofereceu um coquetel de despedida, sem tempo sequer de curtir a verdadeira consagração em que se constituiu o comício do Rio, Lula ainda teve que partir para mais um compromisso, um jantar com mil pessoas em São Bernardo do Campo. Depois de apenas três horas de sono, já estava de pé novamente para viajar a Brasília, onde tinha um encontro marcado com o presidente da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, justamente no dia do último e decisivo confronto com Collor na TV. Em Brasília, ainda gravou uma nova resposta para o horário eleitoral, graças a uma decisão fulminante do TSE. Quando voltou para São Paulo, no meio da tarde, Lula estava, literalmente, no bagaço. Nos últimos dias, em todos os comícios, prometera nocautear Collor no debate, mas o desgaste físico e mental do candidato havia chegado ao limite. Todos notaram isso quando ele acordou depois de uma hora de descanso para uma última reunião em sua casa com assessores e dirigentes do partido. Tarde demais para constatar o erro que foi estabelecer uma agenda maluca de atividades na antevéspera do debate. (Singer. 1990. pág. 23)

Já a ainda hoje polêmica edição do debate numa matéria para o Jornal Nacional, da Rede Globo, apenas informou o que era verdade: Lula perdeu o embate com Fernando Collor.

O próprio Lula sabia da importância do debate e se deixou levar pela euforia do momento. Collor, ao contrário, atentou nesta importância e apostou todas as suas fichas num trabalho bem estruturado dentro das regras da comunicação social e do marketing político. Atento às mudanças das disputas eleitorais em outros países democráticos, introduziu tais mudanças já sabendo o quanto isso influenciaria o eleitorado brasileiro que, mesmo inconscientemente, já se deixava levar pelas regras do mercado consumidor que, como sustenta a antropóloga Gabriella Scotto, tem sim forte influência no processo eleitoral.

O marketing político evidencia que não há fronteiras bem definidas e rígidas entre política e mercado. Não são esferas independentes, cada uma com seus profissionais, suas técnicas, e suas lógicas próprias e autônomas (lógica da política versus lógica do mercado). (...) Se por um lado é verdade que existe uma considerável mercantilização dos interesses e das transações sociais e profissionais no campo político-eleitoral, por outro, não é menos verdade de que existe, também, uma “politização” do mercado e dos produtos e serviços oferecidos. (Scotto. 2004. pág. 191)

O resultado, enfim, foi o que se viu. Collor inovou na mecânica de conquista do poder, mas manteve práticas arcaicas de gestão governamental. Acusado pelo próprio irmão, o empresário Pedro Collor de Mello, de gerir um governo corrupto, sofreu um processo de *impeachment* dois anos após assumir a Presidência e foi destituído sem que houvesse qualquer quebra institucional.

Mesmo que Fernando Collor não seja o personagem principal deste trabalho, sua trajetória é importante ser observada na medida em que se contrapõe aos dois políticos que são o cerne desta nossa análise. Tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Luis Inácio Lula da Silva se diferenciam de Fernando Collor na medida em que não partiram de ações de marketing – pressuposto que levou Collor a ser confundido com um fenômeno político, repetamos – para suas eleições, mas agiram dentro da tradição brasileira de conciliação.

CAPÍTULO 3

Virtú e Fortú – Trajetória de FHC à Luz de Maquiavel

A vida política do sociólogo Fernando Henrique Cardoso ganhou novo alento no dia 19 de maio de 1993. Senador licenciado, exercia o cargo de Ministro das Relações Exteriores no governo do Presidente Itamar Franco. Estava em Nova Iorque tentando convencer empresários estrangeiros das vantagens e seguranças dos investimentos e apostas na economia brasileira. Na noite anterior, o então chanceler, enquanto jantava na casa do embaixador Ronaldo Sardenberg, representante do Brasil na ONU, recebera um telefonema do presidente que o convidava para assumir o Ministério da Fazenda. Elizeu Rezende havia sido demitido do cargo. Declinara do convite. Mas na manhã seguinte, já 19 de maio, num telefonema do embaixador Luiz Felipe Lampreia, secretário-geral do Itamaraty, recebeu a notícia de que Itamar fizera o anúncio da troca de pasta.

Naquele momento nada denotava uma possível analogia com as teorias de Nicolau Maquiavel, como hoje se anuncia com tanta frequência.

Inicialmente é bom, em contraposição à leitura pejorativa de Maquiavel, ouvir Isaiah Berlin:

Para Benedetto Croce e todos os muitos estudiosos que o têm seguido, Maquiavel é um humanista angustiado que, longe de tentar atenuar a impressão causada pelos crimes que descreve, lamenta os vícios humanos que tornaram tais trilhas pecaminosas politicamente inevitáveis. (Maquiavel. 2002. Págs. 19 e 20)

O florentino afirma que ao Príncipe são imprescindíveis dois requisitos: fortuna e virtude. Uma interpretação ampla destes pressupostos aponta para a necessidade de ter a sorte de encontrar uma situação política favorável e a capacidade de transformá-la em instrumento de ampliação de seu poder, embora não deixe de alertar para o fato de que *“a sorte é árbitra de metade de nossas ações e que ela nos deixa governar toda ou quase toda a outra metade.”* (Maquiavel. 2002. Pág. 263)

Possivelmente de maneira não intencional Fernando Henrique utilizou tal conhecimento para chegar à Presidência da República. A forma como isso se deu é possível ser identificada.

O primeiro momento se dá durante as negociações para a formação do Governo Fernando Collor. Embora o PSDB tenha apoiado Lula na disputa o segundo, o presidente eleito precisava de um respaldo político bem mais sólido do que lhe oferecia seu modesto PRN. E apontou seu canto de sedução na direção dos tucanos convidando formalmente Fernando Henrique para ser seu chanceler. O acordo só não se fez por interferência do governador Mário Covas, radicalmente contrário a uma aliança com Collor. Uma aliança que concretizada poderia ter sido a sepultura política do então senador paulista que certamente carregaria parte do fracasso do governo collorido.

Vale lembrar que o namoro persistiu, tanto que foi um solícito Fernando Henrique que recebeu Fernando Collor para sua posse no Congresso Nacional.

De volta a sua nomeação para o Ministério da Fazenda pelo presidente Itamar Franco, naquele instante a situação não era nada favorável a quem quer que assumisse o controle e as responsabilidades da economia brasileira. Como o próprio Fernando Henrique descreve, *“era já o quarto ministro em sete meses e o governo do Presidente Itamar Franco (1992-1995) enfrentava sérias dificuldades”* (Cardoso. 2006. Pág. 16).

A principal dessas dificuldades era a total descrença na condução da economia casada com uma inflação crescente que já estava no patamar de 30% ao mês.

Entretanto entra aí a virtude que Darcy Ribeiro definiu de maneira muito própria: “*É um luxo para o Brasil ter um presidente com as qualidades de Fernando Henrique*”. Isso porque, desde muito cedo, ele pensou e estudou o país. Também, ao contrário do que se pensa, tinha vasta experiência política. Sua família milita na política desde o império e ele mesmo estreou nas campanhas nacionalistas dos anos 50, como a que garantiu o monopólio do petróleo.

Um passeio por sua trajetória pessoal demonstra bem isso. Fernando Henrique nasceu no Rio de Janeiro em 1931, descendendo de três gerações de generais politicamente bem ativos que cominou com seu pai, Leônidas Cardoso, que também foi general e um dos tenentes envolvidos com os movimentos sociais dos anos 1930. Formado em Sociologia na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e tornou-se um estudioso do marxismo graças à influência de seu professor e amigo, o sociólogo Florestan Fernandes. Além de Marx, estudou profundamente a obra de Maquiavel, Max Weber, Antonio Gramsci e Alexis de Tocqueville. Intelectual conceituado, tornou-se professor de sociologia da USP.

Durante a ditadura militar foi exilado, passando a morar no Chile e na França. Voltou ao Brasil e para a USP em 1968, onde assumiu, depois de ser aprovado em concurso público, a cadeira de Ciência Política. Sua permanência por aqui não demorou. Foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5 e voltou para o exílio lecionando em universidades no Chile, da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Durante esses exílios trabalhou com afinco na teoria dependentista, sua mais conhecida contribuição para os estudos sociológicos. Segundo esta teoria, não seria a revolução socialista que traria desenvolvimento para as nações periféricas, mas a união delas em um bloco coeso que, a partir daí, se tornaria forte, assim construindo um capitalismo alternativo e independente das grandes potências.

Nos anos 1970 estava de volta ao Brasil como pesquisador e diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), época em que se filiou ao MDB e desencadeou sua militância política mais efetiva. Teria sido dele a ideia de tornar o partido uma ampla frente de oposição ao regime. O certo mesmo é que já nas eleições de 1978 se candidata ao Senado Federal. Perde a eleição, mas torna-se suplente de Franco Montoro, como estabelecia as regras eleitorais de então. Em 1983, já filiado ao PMDB, assume o mandato de Senador com a renúncia de Montoro para se candidatar ao governo de São Paulo.

No Congresso participa de importantes movimentos, com o Diretas-Já, que pedia eleições diretas para a Presidência da República e é um dos articuladores da eleição indireta de Tancredo Neves. Apesar do prestígio nacional, sofre de problemas eleitorais em casa, em São Paulo, onde perde a eleição para a prefeitura da capital, em 1985, para Jânio Quadros. No entanto, impulsionado pelo sucesso do Plano Cruzado, consegue se reeleger senador nas eleições de 1986. Já no ano seguinte, com o começo da derrocada do Governo Sarney, participa da fundação do PSDB – o Partido da Social-Democracia Brasileira.

No momento de sua nomeação para o Ministério da Fazenda vivia, no entanto, um dilema. Havia chegado ao Senado, primeiro, como suplente de Franco Montoro, e, depois, na euforia do Plano Cruzado. Só que naquele instante, precisando renovar o mandato nas eleições do ano seguinte, sabia que não tinha condições para tanto e já planejava se jogar na busca de um mandato de Deputado Federal.

Fernando Henrique conta que, mentalmente, elaborou o discurso de posse na viagem aérea entre Nova Iorque e o Rio de Janeiro. E talvez aí, mesmo involuntariamente, tenha se incorporado como o melhor exemplo moderno brasileiro das teses maquiavélicas (no sentido lato do termo). Seus estudos e conhecimentos já lhes diziam que havia quatro grandes “batalhas” pela frente: equilibrar o Orçamento da União, resolver a gigantesca dívida dos Estados com a União, iniciar o processo de privatização de estatais e, finalmente, renegociar as

dívidas externa e interna. Este era o dever de casa do Governo Federal e tinha-se urgência em fazê-lo, afinal, ensina Maquiavel,

não se deve permitir um mal para evitar uma guerra, porque uma guerra não pode ser evitada; ela pode apenas ser adiada, e com prejuízo para quem a adia. (Maquiavel. 2002. pág. 128)

Paralelamente se fazia necessário a criação de mecanismos que revertessem a cultura inflacionária mostrando que todos, inclusive aqueles que se achavam ganhadores, perdiam no final das contas. *“Minha obsessão naquele momento era buscar cérebros, pessoas que me ajudasse a pensar.”* (Cardoso. 2006. págs. 137) Assim pensava vencer a inflação e aí, como ensinara o exemplo do Ministro Dílson Funaro durante o Plano Cruzado, poderia ter sua carreira política alavancada.

Fernando Henrique classifica como lenda a história corrente de que desde menino sonhava ser papa ou, na pior das hipóteses, Presidente da República. E aqui cabe outra sentença maquiavélica:

“Aquele que abandona seus propósitos em favor dos propósitos de outros, a única coisa que consegue é pôr a perder seus próprios propósitos sem obter nenhuma gratidão por ter feito isso.”
(Maquiavel. 2002. Pág. 100)

Na perseguição aos seus propósitos, lendários ou não, semanalmente reunia em sua casa uma pequena equipe de economistas que discutia as condições econômicas do país. Numa dessas reuniões, uma manhã de sexta-feira em Brasília, o ministro se atrasou tomando banho. O economista Edmar Bacha, o primeiro a chegar, aproveitou os poucos instantes para rabiscar numa agenda as bases de uma teoria que o incomodava: a criação de um sistema de medição de

valores que mostrasse a inflação como uma espécie de imposto injusto e que atingia a todos. Havia formalizada a crença de que governos, bancos, especuladores e grandes afortunados ganhavam com a inflação, em detrimento do resto da população, sobretudo da classe média. A situação precisava mudar, pois, novamente recorrendo a Maquiavel, *o objetivo do povo é mais honesto do que o objetivo dos poderosos; estes querem oprimir; o povo deseja não ser oprimido.* (Maquiavel. 2002. pág. 166)

No final e em verdade, todos perdiam, pois os supostos ganhadores viviam de rendimentos irreais, posto que, realmente vultosos no início, tais rendimentos terminavam diluídos durante o processo.

A ideia de Bacha foi amadurecida e ajustada naquela e em outras reuniões. E aí nasceu a URV – Unidade Real de Valor. Esta seria uma espécie de indexador que controlaria os valores tendo o dólar como base. No futuro bem próximo a URV se transformaria numa moeda nova e forte, o Real. Este processo, embora breve, teria o poder de mudar a cultura inflacionária dando melhores condições de vida para toda a população.

O Plano Real deu certo e mudou o país. Mais que o próprio presidente Itamar Franco foi o ministro Fernando Henrique quem capitalizou politicamente o sucesso do plano. Talvez inconscientemente FHC tenha ouvido novamente o florentino: *“Arruína a si mesmo aquele que alimenta o poder de outro, pois este passa a duvidar da astúcia e da força daquele.”* (Maquiavel. 2002. Pág. 129) Assim deixou o ministério e se tornou Presidente da República já no primeiro turno da eleição de 1994. E nunca é tarde lembrar que Itamar Franco, governador de Minas Gerais, foi uma das pedras no sapato de um Fernando Henrique reeleito presidente.

Em suma, houve uma comunhão de fatores já preconizados por Maquiavel. Nosso príncipe-sociólogo conseguiu unir num mesmo processo a capacidade de gerir uma equipe, o sucesso do Real e a facilidade de lidar com a mídia. E tudo num momento político ideal: às vésperas de uma disputa presidencial.

Nicolau Maquiavel, que dizia ser “*necessário a um príncipe que o povo lhe vote amizade; do contrário, fracassará nas adversidades*”, (Maquiavel. 2002. Pág. 167) continua moderno e vivo.

CAPÍTULO 4

Um Operário no Poder – A Trajetória de Lula e a Negação de Marx

No dia primeiro de janeiro de 2003, em meio a uma imensa festa popular, os brasileiros assistiram à consagração de uma das mais originais trajetórias políticas do Brasil. Um retirante da seca nordestina que se fez operário e líder sindical em São Paulo assumia a Presidência da República. Sem dúvida uma trajetória ímpar.

Como isso foi possível num país onde historicamente os excluídos têm tão poucas oportunidades de ascensão social?

A história começa no ano de 1952 quando, aos sete anos, Luís Inácio da Silva, já então chamado de Lula, junto com a mãe, dona Eurídice Ferreira de Melo, e os irmãos deixam Caetés, então distrito de Garanhuns, em Pernambuco. Seguem para São Paulo e, depois de treze dias passados em um caminhão pau-de-arara, desembarcam em Guarujá. Somente aí Eurídice descobre que o marido, Aristide Inácio da Silva, tinha outra família. Durante quatro anos ainda tentam morar juntos, mas se separam definitivamente e Eurídice muda com os filhos para a Vila Carioca, na periferia de São Paulo.

Lula depois da mudança, aos doze anos, começa a trabalhar em uma tinturaria para ajudar nas despesas da família. Foi ainda engraxate e office-boy. Aos quatorze anos se emprega, com carteira de trabalho assinada, nos Armazéns Gerais Columbia. Seguindo a perspectiva dos jovens de sua época e meio, torna-se metalúrgico trabalhando na Fábrica de Parafusos Marte e consegue uma vaga no curso técnico de torneiro mecânico do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Depois de formado, em 1963, emprega-se na metalúrgica Aliança, onde acidentou-se numa prensa hidráulica perdendo o dedo mínimo da mão esquerda.

Do ponto de vista pessoal, nada de anormal acontecia na vida do jovem metalúrgico. Troca de emprego ocasionalmente buscando sempre uma vida melhor. Compra um carro usado e um terreno onde constrói uma pequena casa. Já então morava em São Bernardo do Campo e era sindicalizado. Em 1969 casa com a operária Maria de Lourdes da Silva. Ela morre durante o parto do filho do casal, que também não resiste.

Incentivado pelo irmão mais velho, Frei Chico, Lula, que até então tinha uma postura distante da política sindical, ainda em 1969, se elege para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Usou o trabalho no sindicato, um trabalho meramente assistencialista, para segurar as dores do drama pessoal. E seguiu sua vida com lances de intensa boemia e muito futebol.

Seis anos depois, em 1975, se elege presidente do sindicato num jogo político curioso. Apesar da insistência do irmão, nunca se alinhou com o Partido Comunista Brasileiro que, mesmo na clandestinidade, tinha certo controle sobre os sindicatos do ABC paulista – formado pelas cidades metalúrgicas de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano. Diante da impossibilidade legal de Paulo de Tarso se manter na presidência, opta-se então pelo mais “manipulável” – isso na visão dos tais diretores – dos membros da diretoria. E o sindicato cai no colo de Lula.

Naquele momento ele entende que o jogo não se daria pelo confronto, um campo onde não teria forças, nem física nem política, para resistir e vencer. O caminho era o da conciliação que ele usaria até mesmo na vida pessoal. Durante a campanha presidencial de 2002, Lula costumava contar, exemplificando sua capacidade de negociação, que, em 1974, quando nasceu Lurian, sua filha com a enfermeira Miriam Cordeiro, ele conheceu Marisa Letícia Rocco Casa, uma viúva que foi ao sindicato cuidar da papelada do marido falecido. Lula se tomou de amores pela moça e na primeira conversa recebeu um sonoro não. Voltou a procurá-la e tanto insistiu que se casaram naquele mesmo ano.

Voz rouca, barba e cabelos desgrenhados, torcedor do Corinthians, jogador de várzea e bebedor de cachaça, Lula era o extremo oposto dos sindicalistas sisudos, ligados aos ideais revolucionários de então, ou pelo menos aqueles que conseguiam sobreviver à pressão constante dos militares. Também não tinha a atitude dos sindicalistas alinhados ao regime, os “pelegos” – epíteto herdado da Era Vargas – que se prendiam ao assistencialismo puro e simples e, politicamente, defendiam a manutenção da vertente econômica do Governo Federal – uma vertente que pregava o crescimento da riqueza para depois se pensar numa mais justa e paritária distribuição da mesma. Naturalmente que sua gestão não conseguia fugir ao assistencialismo, mas também não deixava de fazer uma discussão mais política na busca de melhores condições de trabalho e salários mais justos, o que ia de encontro à passividade sindical do período.

A discussão, mesmo modesta, despertou o espírito reivindicatório dos operários. Neste clima, no dia 12 de maio de 1978, os operários da Scania-Vabis, em assembleia, resolveram entrar em greve por melhores salários e condições de trabalho. Era um desafio claro à lei que proíbe toda e qualquer possibilidade de greve dos trabalhadores. Mesmo os sindicatos do ABC paulista, área mais industrializada do país de então, não tinham qualquer experiência em movimento desse tipo. Lula confessaria, alguns anos depois, que quando foi comunicado do movimento por telefone ficou, junto com o resto da diretoria, sem saber se pulava de alegria ou morria de medo. Mesmo sem saber ao certo que sentimento tomar, seguiu para a fábrica para ouvir os trabalhadores e representá-los junto às negociações com os patrões.

Aquele foi o instante em que o líder sindical se tornou uma figura nacional. Sua serenidade e capacidade de negociação receberam elogios até mesmo de altos membros do governo ditatorial de então, como Heitor de Aquino, secretário particular do presidente João Figueiredo, e Delfim Netto, embaixador brasileiro em Paris. O motivo desses elogios não era outro senão a confiabilidade de se estar diante de um líder sindical nato. Lula de então acreditava que o problema das condições de vida dos operários era exclusivamente dos operários, tanto que desconfiava de políticos e intelectuais, proibia a entrada de estudantes nas

assembleias operárias e recusava alianças até mesmo com setores mais progressistas da igreja católica.

Muitas outras greves vieram, mas em 1979, quando 180 mil operários cruzaram os braços, Lula sentiu que o isolamento não seria benéfico ao movimento. O governo federal, mesmo admitindo que a questão deveria ser resolvida entre operários e empresários, não deixou de usar os mecanismos legais. O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, mesmo intermediando encontros entre patrões e líderes sindicais e estimulando acordos entre as partes, decretou a intervenção nos sindicatos do ABC e destituiu seus dirigentes, inclusive Lula. A greve terminou quinze dias depois com a vitória dos trabalhadores. A política salarial foi revista, caiu a intervenção nos sindicatos e os dirigentes voltaram aos seus postos.

Na greve do ano seguinte, 1980, a situação foi outra. Diante da intransigência dos industriais em melhorar as condições salariais, os operários voltaram à greve. Desta vez o governo agiu com rigor. Depois de quarenta e um dias de paralisação o resultado foi trágico. Lula ficou preso por 31 dias – o que o obrigou a ir algemado ao velório da mãe –, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, ameaçado, se condenado, de ficar inelegível em 1982, além de ser destituído em definitivo da presidência do sindicato. Os metalúrgicos tiveram os dias paralisados descontados dos salários, fortes encontros com tropas da polícia e do Exército, além de centenas de demissões. Já o país entendeu que a rebelião do ABC dificilmente se repetiria, pois, embora o processo de abertura política parecesse irreversível, o regime mantinha rigorosa vigilância sobre os movimentos sociais.

A partir daí o isolamento estava definitivamente quebrado. Já durante a greve de 1980 Lula recebeu sem qualquer constrangimento o apoio de intelectuais como Chico Buarque e Henfil, de políticos como Teotônio Vilela e Fernando Henrique Cardoso e, sobretudo, da igreja católica. E a ideia de um partido fundado para defender os trabalhadores deixou de ser um sonho, ganhou a dimensão dos debates e, finalmente, foi efetivado em 10 de fevereiro de 1980, numa assembleia

no Colégio Sion, em São Paulo, e foi reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior Eleitoral, dois anos depois, em 11 de fevereiro de 1982. Lula, enfim tinha entendido a afirmativa marxista de que “*toda luta de classes é uma luta política*”. (Marx e Engels. 2007. pág. 39)

Saía de cena o líder sindical e nascia, definitivamente, o político. Sua estreia, além de ambiciosa, não foi frutífera. Lula perdeu a eleição para o governo de São Paulo em 1982. Dois anos depois, em 1984, no entanto, era um dos principais líderes da também derrotada campanha das Diretas Já. Em 1986 volta a disputar um mandato eletivo e se elege deputado federal por São Paulo, com a maior votação individual para um cargo legislativo até então. Desiludido com as atividades parlamentares leva o PT a não assinar a Constituinte de 1988 e não disputa a reeleição em 1990.

Começa também aí o ciclo de derrotas nas disputas das eleições presidenciais. Foram três ao todo. Em 1989 perde em segundo turno para Fernando Collor de Mello. Nesta eleição se dá também a gênese do afastamento político entre Lula e Fernando Henrique, que ganharia, já em primeiro turno, as eleições presidenciais de 1994 e 1998. Passando para o segundo turno, Lula teve dificuldades para conseguir o apóio do PSDB, e tem uma visão muito clara do caminho a ser seguido pelo partido, como declarou à época:

Eu tenho a impressão que o PSDB está se transformando no partido dos descontentes, não importa se de esquerda ou de direita. A gente sempre soube que não ia nos apoiar, que possivelmente votaria no Collor. O fato de economistas ligados ao PSDB já estarem trabalhando na equipe econômica do governo Collor demonstra que eles não perderam muito com seu comportamento político. (Singer. 1990. pág. 105)

Passada a fase de derrotas, a vitória chega, enfim, na quarta eleição, em 2002, quando, no segundo turno, venceu o candidato do PSDB José Serra. O que

houve de diferente para influenciar positivamente nos resultados desta nova eleição? Tinha mudado o país e mudado o próprio Lula. O líder sindical raivoso que dominou os discursos da campanha de 1989 estava definitivamente aposentado. O que se mostrava era um homem mais amadurecido e consciente de suas responsabilidades políticas. Também a situação econômica do país, movida pela estabilidade que ajudou a derrotar Lula nas duas outras eleições, agora já dava confiança ao eleitor de que nenhuma mudança brusca, movida por alguma irresponsável bravata, seria tentada. Isso ficou patente depois da publicação da Carta aos Brasileiros, onde Lula se comprometia com a manutenção da estabilidade econômica. O país havia crescido economicamente, enfim, agora era hora de investir nos programas sociais, tônica do discurso de Lula durante toda sua carreira política.

Engels afirmava que

para a vitória final das proposições enunciadas no Manifesto, Marx confiava pura e simplesmente no desenvolvimento intelectual da classe operária, tal qual este tinha necessariamente que resultar da unidade de ação e da discussão. (Marx e Engels. 2007. pág. 16)

O Manifesto ensina mesmo esta necessidade de se quebrar as estruturas existentes para que uma nova forma de governo faça ascender politicamente o proletário.

Os proletários não podem assenorear-se das forças sociais de produção a não ser abolindo seu próprio modo de apropriação passado e, conseqüentemente, todo modo de apropriação do passado. (...) O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, recuperar-se, sem estilhaçar toda superestrutura de estratos que constituem a sociedade oficial (...)

Descrevendo as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, seguimos a guerra civil mais ou menos latente no bojo da sociedade atual, até a hora em que ela irrompe em uma revolução aberta, e o proletariado lance as bases de sua dominação pela derrubada violenta da burguesia. (Marx e Engels. 2007. págs. 43 e 44)

No caso de Lula, o que vemos é que, oriundo da classe operária, ele evoluiu intelectualmente, mas sua opção política ficou mais próximo do conservadorismo conciliatório brasileiro.

Lula, além de aplacar o próprio radicalismo, tinha agora serenidade para controlar seus mais extremados aliados, estava amadurecido para, enfim, governar o país. Por outro lado sua capacidade de conciliação estava mais que demonstrada, afinal seu candidato a vice, José Alencar, era um senador e empresário com forte tradição social nas duas atividades.

A posse, sob a imensa festa popular, era o resultado de uma vida levada pelo pressuposto da negociação. Lula em toda sua trajetória aproveitou os espaços políticos para a condução do avanço social, o que nega o radical pressuposto marxista onde somente a revolução e a ruptura são capazes de levar as classes menos favorecidas ao poder.

CONCLUSÕES

Afinal, que democracia construímos?

Uma primeira conclusão é que a democracia que temos hoje, apesar de seus intensos e extensos intervalos, vem sendo construída desde 1822, com a independência proclamada por Dom Pedro I. Ali começamos a forjar um país, uma nação sob o signo da conciliação e do acordo, hábito herdado do “bom selvagem” – ou pelo menos do trato com ele, como ensina José Honório Rodrigues – e consolidada pela tradição também conciliatória portuguesa.

Naturalmente que na hora crucial da redemocratização, que começa com a posse de José Sarney na presidência da República, ausente a figura sebastianista de Tancredo Neves, emerge a estrela do deputado Ulysses Guimarães, que toma o processo nas próprias mãos. Político construído no parlamento deu à Constituição um caráter parlamentarista, mas não pôde fugir de nossa consciência presidencialista.

Precisamos sempre de um líder máximo a quem culpar por nossos erros e acertos. Esse personalismo político, o sebastianismo que nos faz depositar todas as esperanças e desejos de mudança num único e exclusivo líder, levou Francisco Manso Paiva a matar a punhaladas o senador Pinheiro Machado, derrubou a ditadura com a eleição de Tancredo Neves num colégio eleitoral de maioria governista, elegeu Fernando Collor presidente da República para que favorecesse os descamisados e modernizasse o país, deu a presidência a Fernando Henrique para que sustentasse a estabilidade econômica e consagrou Lula para repartir igualmente o bolo da bonança.

Pelas lições de Giovanni Sartori temos hoje uma democracia de conciliação, que o pensador italiano traduz como Democracia Empírica, onde o processo histórico vai moldando as leis e as decisões, inclusive eleitorais, segundo o caráter e os costumes de um povo.

Ou seja, não fugimos de nossas mais caras tradições. Somos conciliadores por natureza e nos temos servido muito bem de tal mecanismo, afinal somos um país que desde 1870, com o fim da Guerra do Paraguai, não se envolve em um conflito de extensão em seu território.

E internamente, politicamente falando, por várias vezes rompemos as linhas institucionais sem promovermos o pressuposto da conciliação. Foi assim na Independência, em 1822, na proclamação da República, em 1888, na Nova República de 1930, na redemocratização de 1945, no golpe militar de 1964, no seu agravamento em 1968, na nova redemocratização de 1988 e até no impeachment presidencial de 1992.

Hoje o quadro que se apresenta é de uma democracia solidificada pelos instrumentos institucionais que dispõe. Alguns pontos pacíficos – como o respeito pleno à vontade dos eleitores e garantias de posse e afastamento de todo e qualquer eleito – nos leva a acreditar que se construiu no país um regime de plena democracia, à parte as desigualdades econômicas e culturais que persistem como mazelas quase incuráveis da nação.

Em relação aos personagens principais deste trabalho, é preciso observar que eles conseguiram o seu sucesso político ao serem capazes de “ler” a característica básica da política brasileira – a conciliação. Nesse sentido é que se dá a virtude de Fernando Henrique Cardoso, que se tornou presidente sem ser “bom de voto”, e a negação de Marx por Luis Inácio Lula da Silva, que se fez viável eleitoralmente a partir do momento em que se tornou o grande conciliador nacional e, mesmo vindo da camada social mais desfavorecida, soube tergiversar as resistências ao seu nome vindas das elites, ao mesmo tempo em que conseguiu ganhos consideráveis para os mais desfavorecidos por meio de políticas públicas de redistribuição de renda.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. C. **Por Que Lula? – O Contexto e as Estratégias Políticas que Explicam a Eleição e a Crise.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

ARON, R. **O Marxismo de Marx.** Tradução: Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2003.

BARBEIRO, H. **Lula – O Que Pensam os Presidenciáveis.** São Paulo: Harbra, 1989.

BARREIRA, I. **Chuva de Papéis – Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BERMAN, M. **Aventura no Marxismo.** Tradução: Sônia Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BETTO, F. **A Mosca Azul – Reflexão Sobre o Poder.** Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; e PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** Trad. Carmem C. Varriale et al.; coord. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Caçais. 11^a. ed. Brasília: EdUnB, 1998.

CARDOSO, F. H. **A Arte da Política – A História que Vivi.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DAHL, R. **Poliarquia – Participação e Oposição.** Tradução: Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHL, R. **Sobre a Democracia.** Tradução Beatriz Sidou. Brasília: UnB, 2001.

DIMENSTEIN, G. e SOUZA, J. **A História Real – Trama de uma Sucessão.** São Paulo: Ática/Folha de São Paulo, 1994.

- FERRAZ, F. **Manual Completo de Campanha Eleitoral**. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- FIGUEIREDO, R. **O Que é Marketing Político**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FIGUEIREDO, N. L. e FIGUEIREDO JR., J. R. L. **Como Ganhar uma Eleição – Lições de Campanha e Marketing Político**. São Paulo: Cultura, 1990.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IGLÉSIAS, F. **Trajétoria Política do Brasil – 1550 / 1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KUNTZ, R. A. **Marketing Político – Manual de Campanha Eleitoral**. 9 ed. São Paulo: Global, 2002.
- LUNA, F. V. e KLEIN, H. S. **O Brasil Desde 1980**. São Paulo: A Girafa, 2007.
- MAGNOLI, D. **O Grande Jogo – Política, Cultura e Ideias em Tempos de Barbárie**. São Paulo: Ediouro, 2006.
- MAQUIAVEL, N. **Escritos Políticos – A Arte da Guerra**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução: Lívio Xavier. São Paulo: Edouro, 2002.
- MARKUN, P. **O Sapo e o Príncipe – Personagens, Fatos e Fábulas do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MARX, K. **Liberdade de Imprensa**. Tradução: Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 2000.
- MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Tradução: Leandro Konder e Renato Guimarães. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Tradução: Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- MENDES, C. **Lula Depois de Lula**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

- MENDONÇA, D. **Casos & Coisas**. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- MOTA, L. D. (org) **Introdução ao Brasil – Um Banquete nos Trópicos**. 2ª. ed. São Paulo: Senac, 1999.
- MOTA, L. D. (org) **Introdução ao Brasil – Um Banquete nos Trópicos 2**. São Paulo: Senac, 2001.
- NIVALDO JR., J. **Maquiavel, o Poder – História e Marketing**. Recife: Markplan, 1991.
- OLIVEIRA, J. **Campanha Política – Como Ganhar uma Eleição**. São Paulo: A Girafa, 2006.
- ORWELL, G. **A Revolução dos Bichos**. Tradução: Heitor Ferreira. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- PARANÁ, D. **Lula – O Filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PEIRANO, M. (org.) **O Dito e o Feito – Ensaios de Antropologia dos Rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- PORTO, W. C. **Dicionário do Voto**. Brasília: EdUnB, 2000.
- PRADO, M. C. R. M. **A Real História do Real – Uma Radiografia da Moeda que Mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- RITA, C. S. **Batalhas Eleitorais – 25 Anos de Marketing Político**. São Paulo: Geração, 2001.
- ROCHA, J.; MILZ, T.; GOYZUETA V. **O Brasil dos Correspondentes**. Tradução: Tito Lívio Cruz Romão, Verônica Goyzueta e Ali Rocha. São Paulo: Mérito, 2008.
- RODRIGUES, J. H. **Conciliação e Reforma no Brasil – Um Desafio Histórico-Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SAMPAIO, A. P. **No ABC dos Peões**. Santo André (SP): Alpharrabio, 2005.

SARTORI, G. **A Teoria da Democracia Revisitada – 1. O Debate Contemporâneo. 2. As Questões Clássicas.** Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1994.

SCOTTO, G. **As (Difusas) Fronteiras Entre a Política e o Mercado – Um Estudo Antropológico Sobre *Marketing Político*, Seus Agentes, Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Relume Dumará / Núcleo de Antropologia da Política-UFRJ, 2004.

SINGER, A. (org). **Sem Medo de Ser Feliz.** São Paulo: Scritta, 1990.

TÁCITO, C. **Constituições Brasileiras: 1988.** Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia – Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

WILSON, E. **Rumo à Estação Finlândia – Escritores e Atores da História.** Tradução: Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Brasília, 19 de fevereiro de 2009.
Revisado por João Carlos Taveira,
de acordo com a Nova Ortografia.